

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 719.108 - SP
(2015/0126638-1)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉA ENARA BATISTA CHIARINELLI CAPATO E
OUTRO(S) - SP167798
AGRAVADO : SOUZA RAMOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : GALENO CORRÊA JUNIOR E OUTRO(S) - SP108539

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO REGIMENTAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. DESERÇÃO AFASTADA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA COMPROVADA. AGRAVO CONHECIDO. CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento pode-se depreender que SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA (SEBASTIÃO) ajuizou ação de indenização contra SOUZA RAMOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA (SOUZA RAMOS COMÉRCIO), julgada procedente.

Na fase de cumprimento de sentença, SEBASTIÃO apresentou os valores devidos e realizou o pedido de bloqueio "on line".

Após o julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por SOUZA RAMOS COMÉRCIO, o Juiz determinou o prosseguimento da execução apenas em relação à multa do art. 475-J, do CPC/73 e o levantamento da quantia existente.

Contra essa decisão, SEBASTIÃO interpôs agravo de instrumento sustentando que o crédito era incontroverso e que deve incidir juros e correção sobre os valores depositados.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

Cumprimento de sentença. Credor que visa à realização de segunda penhora, com fulcro em cálculos manifestamente exagerados. Impossibilidade. Débito já quitado com a excussão de bem anteriormente constrito. Inexistência de título executivo quanto aos demais valores pleiteados. Recurso improvido, com

observação (e-STJ, fl. 164).

Os embargos de declaração opostos por SEBASTIÃO foram rejeitados (e-STJ, fls. 191/196).

Irresignado, SEBASTIÃO interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando a violação dos arts. (1) 535, do CPC/73 e 93, IX, da CF e Súmula nº 98 do STJ, no que se refere à violação da coisa julgada; alteração de matéria preclusa; impossibilidade de satisfação do crédito e de julgamento *extra petita*; (2) 128, 458, 459 e 460 do CPC/73 em virtude da existência de julgamento *citra petita* e, portanto, a invalidação do julgamento; (3) 5º, XXXVI, da CF e 467 do CPC/73 em virtude da violação à coisa julgada porque a sentença determinou a adoção do salário mínimo; (4) 7º, IV, da CF, inaplicabilidade de matéria de ordem pública porque não se trata de mero erro de cálculo, mas de questão já decidida e transitada em julgado; (5) 473 do CPC/73 em relação à preclusão consumativa porque a executada foi intimada a se manifestar sobre os cálculos apresentados e ficou-se inerte; (6) 128, 286, 460 e 515, todos do CPC/73 o agravo de instrumento visava a aplicação de juros de mora sobre o depósito judicial, tendo o Tribunal de origem julgado a extinção da execução, violação do princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*; (7) 475 e 586 do CPC/73 impossibilidade de satisfação do crédito porque há necessidade de execução do débito da multa do art. 475-J do CPC/73 e dos honorários advocatícios; e, por fim (8) da incidência dos juros de mora sobre o depósito judicial porque as instituições financeiras são responsáveis apenas pela correção monetária e não pelos juros fixados no título judicial.

O recurso não foi admitido em virtude da ausência de demonstração da violação do art. 535 do CPC/73 e da incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Nas razões do seu agravo em recurso especial, SEBASTIÃO afirmou que houve a comprovação das violações apontadas no apelo nobre e que não se trata de reexame do conjunto fático-probatório, devendo ser afastado o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Não houve contraminuta (e-STJ, fl. 252).

O Ministro Presidente do STJ negou seguimento ao agravo em virtude da ausência de comprovação do pagamento das custas e do preparo recursal.

Neste agravo interno, SEBASTIÃO afirmou ser beneficiário da gratuidade de justiça desde a origem, comprovando a concessão do benefício com a cópia do julgamento proferido na Corte de origem.

É o relatório.

DECIDO.

Da reconsideração da decisão agravada

O inconformismo merece prosperar.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Consta nos autos o acórdão proferido no julgamento do agravo de instrumento nº 1.304.412-7 deferindo os benefícios da gratuidade de justiça a SEBASTIÃO.

Esta Corte já consolidou o entendimento que os benefícios concedido na origem se estendem para as instâncias superiores, afasta-se, portanto, a deserção.

Diante da fundamentação apresentada no presente agravo regimental, **RECONSIDERO** a decisão e-STJ, fl. 256.

Nessas condições, considerando as razões expostas no apelo nobre, para melhor examinar a controvérsia suscitada, **CONHEÇO** do presente agravo para determinar a sua conversão em recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator